

Ame

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Director*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Baixos Teores

Não resta mais a menor dúvida de que não aprovou a transposição da linha de montagem, adotada com absoluto sucesso na indústria automobilística, para a elaboração final da nova Constituição brasileira. As duas dúzias de subcomissões funcionaram como a indústria de autopeças. Agora as oito comissões temáticas vão trabalhar como montadoras. São, no entanto, produtos absolutamente diversos um automóvel e uma constituição.

Na atual fase dos seus trabalhos, a Constituinte apresenta-se tão baratinada quanto se veria a Ford, se tivesse de utilizar uma porta de Volkswagen e o motor da Fiat na carroceria dos seus modelos. Pois é exatamente o que está ocorrendo com o cidadão brasileiro, para espanto daquele será o usuário dos direitos e garantias constitucionais. Depois desse desencontro, em que cada qual procura salvar a face perante o seu eleitorado, os porta-vozes do esquerdismo inconseqüente vão ter que se explicar. Porque o mais elementar bom senso autoriza a previsão de que a brincadeira vai acabar. Ou se encerra esse exibicionismo, ou então a futura Constituição nascerá com os seus dias contados.

A Constituição de 34 parecia moderninha, com as concessões aos equívocos da época. Três anos depois era recolhida ao depósito de constituições brasileiras retiradas de circulação. Deixou de atender à realidade para satisfazer às ilusões de políticos que pensavam ter idéias, quando na verdade eram portadores de equívocos.

Mais cedo do que se supõe, o chauvinismo brasileiro não vai ter do que se ufanar: uma constituição, para durar, deve ser genérica e atender ao essencial; em vez de abrangente e específica. As hipóteses podem se abrir sob generalidades que prevêem situações, em vez de esgotar possibilidades por suposição e suspeita.

Não pensaram os eleitores que tivessem eleito constituintes que fossem promover uma revoada tão inconseqüente em torno de temas abstratos, a ponto de colidirem com a realidade econômica, social e política brasileira. O irrealismo está longe de ser sinônimo de idealismo. Há uma dose de desconhecimento que compromete, não porque todos os constituintes devessem ser doutos em matéria jurídica, mas porque põe à mostra uma deplorável insuficiência de noções básicas.

O relator da comissão de sistematização, Bernardo Cabral, previa de véspera a possibilidade de que as emendas aos relatórios das oito comissões temáticas chegassem a 10 mil. A partir desse número, não há como assimilar essa massa de desinformação no limite do tempo regimental. Só a ausência de idéias é capaz de tanto. Em 48 horas será rigorosamente impossível ler, examinar, grupar e classificar hierarquicamente subsídios

que exprimem contradição e amorosismo. Nem tudo, no entanto, é desorientação de idéias ou demagogia. Há, também, voracidade fisiológica e cumplicidade ideológica, lado a lado com absoluta ausência de objetividade. A quantidade de sugestões nada tem a ver com a qualidade da futura Constituição.

O fato político é que, diante do espetáculo, a testemunha da Constituinte de 87 não podia acreditar que fosse assim. E quem já viu esse filme em 1946 não se engana ao manifestar temor pelas conseqüências à vista. A qualidade desceu ainda mais. Baixou o nível geral e caiu também, a olhos vistos, o nível da representação dos estados. O Rio Grande do Sul já contribuiu com ditadores e presidentes eleitos, e está longe de manter a qualidade cívica que já teve. Um Estado que já foi representado por um Daniel Krieger, um Mem de Sá, um Getúlio Vargas não pode se sentir bem com os três atuais senadores. Um — o senador Bisol — foi pilhado em flagrante de plágio literal da Constituição soviética. Do mesmo mal ideológico, por falta de vacinação preventiva, padece o senador Fogaça, igualmente empenhado em inserir na futura Constituição — seja como for — conceitos que vão bater de frente com a realidade social e política brasileira. O terceiro, Carlos Chiarelli, por um percurso mais longo, chega à demagogia pela outra margem: propõe o calote geral.

A presença política do Rio Grande do Sul, desde 1930, não se mede apenas na quantidade dos presidentes da República, de Getúlio Vargas a Ernesto Geisel, de João Goulart a Costa e Silva e Médici. Essa importância e esse peso não se harmonizam com o amorosismo e a falta de densidade da atual representação. Na velha República, Pinheiro Machado mandava e desmandava através do controle sobre o Senado; Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros são vultos com 100 anos de história.

Nem o Rio Grande, nem Minas, nem São Paulo, nem Estado do Rio estão representados à altura do seu passado. Portanto, ficam abaixo do que o futuro espera como contribuição. O eleitor começa a ter a decepção e a se candidatar à frustração de verificar que votou mal por falta de escolha. Os constituintes, com raras e honrosas exceções, pouco ou nada sabem, e não querem aprender. É desalentador ver figurinhas de porte provinciano pensar que enganam a nação com balelas ideológicas.

Exatamente esses salientes exibicionistas, e os que procuram aparecer com demagogia, precisam receber a lição que os desmascare como agentes do contrabando ideológico: é a vez de, a maioria silenciada começar a dizer a que veio, na hora de falar o voto. Voto é democracia, democracia é a vontade da maioria.